



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC)

Criada pela Resolução nº 4, de 2008-CN

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2018

PRESIDENTE: DEPUTADO SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB/PA)

RELATOR: SENADOR JORGE VIANA (PT/AC)

Brasília

Dezembro de 2018

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	2
2 MEMBROS DA COMISSÃO.....	8
3 PLANO DE TRABALHO APROVADO PARA 2018.....	9
4 RESULTADOS DA COMISSÃO.....	18
5 PROJETOS DE LEI SOBRE A NDC BRASILEIRA.....	54

1. APRESENTAÇÃO

As atividades da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) centraram-se nos principais compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris para o enfrentamento dos cenários previstos de alterações climáticas, como foco no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. Em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, sigla em inglês), o País assumiu uma meta absoluta de mitigação, para reduzir em 43% as emissões de gases de efeito estufa (GEE) até o ano de 2030 e, de forma escalonada, reduzir essas emissões em até 37% até 2025, com base nas emissões do ano de 2005.

De acordo com o Plano de Trabalho aprovado, a Comissão realizou sete audiências públicas com o objetivo de compor o presente Relatório e para subsidiar a atuação de seus parlamentares durante a 24^a Conferência das Partes (COP-24) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Convenção-Quadro), realizada em Katowice, Polônia.

Destacamos a presença entre os convidados das audiências públicas dos principais especialistas e negociadores brasileiros no tema mudança do clima, em especial o Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, Subsecretário Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que atuou como negociador principal do Brasil nas últimas COPs e que deixa a função para assumir novas responsabilidades na carreira diplomática; e do Embaixador Reinaldo José de Almeida Salgado, Diretor do Departamento para Sustentabilidade Ambiental do MRE. Ainda, destaca-se a atuação do sr. Alfredo Sirkis, Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, um dos principais órgãos hoje dedicados às políticas climáticas, em

articulação com atores da sociedade civil e dos setores econômicos ligados ao tema.

Realizaram-se audiências para discutir a implementação das regras do Acordo de Paris e a participação brasileira na COP-24. Esse tem sido um dos principais focos de debate na CMMC, considerando seu papel de fiscalizar a atuação do Poder Executivo na implementação das políticas climáticas, bem como de representar a sociedade na busca de soluções para esse grave problema. As COPs são a arena natural para dinamizar essas ações, e a Comissão mais uma vez enviou sua delegação, fazendo com o que o Parlamento esteja à frente das principais tratativas sobre a regulamentação do Acordo de Paris.

Por meio de seus debates, a Comissão protagonizou a viabilização da candidatura brasileira para sediar a COP-25, em 2019, candidatura da qual, infelizmente, o País formalmente desistiu perante o Secretariado da Convenção-Quadro, no final de novembro. A CMMC posicionou-se no sentido de pedir a revisão dessa decisão, assim como o fez a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, já que a candidatura seria submetida à votação durante a COP-24 e que essa candidatura teria o propósito de firmar a posição de liderança do Brasil nas negociações e ações climáticas.

Os principais setores envolvidos com as metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris são o agropecuário e o de energia. Nesse sentido, realizaram-se audiências para debater os avanços e desafios nas políticas domésticas para esses setores da economia. Na audiência sobre o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), debateram-se seus desafios e perspectivas de implementação. O Plano ABC é um dos planos setoriais mais importantes para o atingimento do compromisso brasileiro, já

que a agropecuária responde por aproximadamente um terço de nossas emissões e há um potencial enorme para, ao mesmo tempo, fortalecer a economia do setor agrícola e diminuir sua vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. O Plano ABC preconiza que isso se dê por meio de técnicas como a recuperação de pastagens degradadas, o plantio direto e o aumento da área dedicada à integração entre lavoura, pecuária e floresta.

Debateu-se o Programa RenovaBio, cujos objetivos incluem contribuir para o cumprimento das metas do Acordo de Paris por meio da expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade e na previsibilidade do abastecimento desses combustíveis. De fato, para se atinja a meta brasileira, a NDC prevê o aumento da participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente 18% até 2030, aumentando a parcela de biocombustíveis avançados (segunda geração) e o uso de biodiesel.

Uma das principais audiências foi sobre o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado, sua situação atual e propostas para o atingimento da NDC. Esse é um tema fundamental, já que de 2004 a 2014 o Brasil diminuiu esse desmatamento em torno de 83%, sobretudo por meio de diversos programas de comando e controle e pela criação de unidades de conservação e demarcação de terras indígenas, inclusive com apoio internacional, destacando-se o da Noruega por meio do Fundo Amazônia. A atuação da CMMC tem sido no sentido de manutenção de políticas de controle e de fomento a atividades econômicas que não pressionem por mais desmatamento.

Finalmente, destacam-se as atividades da Comissão durante a COP-24, cujo principal objetivo foi a regulamentação das regras do Acordo de Paris. Esta foi uma COP muito especial, pois definiu o livro de regras para

cumprimento do Acordo de Paris. Desde 2015, quando o Acordo foi firmado na COP-21, em Paris, as três COPs realizadas (em Marraqueche, Bonn e Katowice) dedicaram-se ao processo de implementação das regras do Acordo de Paris, regulamentação que foi finalmente estabelecida nesta COP-24. Tive a oportunidade e a imensa responsabilidade de representar o Parlamento Brasileiro em todas essas Conferências.

Destaco a COP-23, em Bonn, quando fiz gestão junto ao então Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, para que o Brasil apresentasse sua candidatura para sediar a COP-25, que ocorrerá em 2019. Desde então, os membros desta Comissão temos nos empenhado em viabilizar todos os requisitos necessários para que a COP-25 fosse realizada no Brasil. Lideramos articulações permanentes com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Meio Ambiente para superar a oposição da candidatura brasileira pela Venezuela junto ao Grupo da América Latina e do Caribe (GRULAC, sigla em inglês). Infelizmente, o Brasil desistiu de sua candidatura. Contudo, o consenso aponta que o País a deveria ter mantido para continuar como protagonista nas negociações internacionais e na implementação de medidas efetivas em mudança do clima. Essa desistência foi muito criticada durante a Conferência em Katowice.

Na COP-24, concluímos a regulamentação do Acordo de Paris. Esse foi o maior resultado da Conferência. Destacam-se ainda deliberações sobre medidas de financiamento, para que os investimentos a partir de países desenvolvidos sejam previsíveis, com a divulgação de relatórios sobre esses recursos financeiros a cada dois anos. A previsão é de transferência de recursos anuais em torno de US\$ 100 bilhões de países desenvolvidos para em desenvolvimento, a partir de 2020. Ainda, o Banco Mundial comprometeu-se a liberar US\$ 200 bilhões para apoiar as Partes na adoção de ações climáticas mais ambiciosas, conforme exige o Acordo de Paris.

A agenda dos parlamentares na COP-24 alinhou-se com a da delegação brasileira nos temas que são prioridade para as políticas climáticas nacionais, conforme detalharemos neste Relatório. Na Conferência, em diversos eventos reforçamos nossa preocupação quanto a incertezas sobre o futuro das políticas de enfrentamento às mudanças climáticas no novo Governo, sobretudo quanto ao cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris.

Em especial, alerta sobre a necessidade de manutenção do controle do desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado, talvez a principal medida de enfrentamento à mudança do clima para o Brasil, pois, entre agosto de 2017 e julho de 2018, o desmatamento na Amazônia cresceu 13,7%, totalizando uma área desmatada de 7.900 km². É um alerta, tendo em vista um aumento significativo do desmate em comparação com o período de 2016 a 2017, quando se reduziu em 12% a taxa de desmatamento. É um alerta, pois o controle do desmatamento é um dos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris.

Preocupa-nos ainda o futuro das políticas públicas para os povos indígenas, já que porção considerável das florestas na Amazônia Legal localiza-se em territórios indígenas e o enfraquecimento dessas políticas poderá comprometer a manutenção dos estoques de carbono existentes nessas florestas, bem como poderá comprometer a sobrevivência desses povos, em afronta ao art. 231 da Constituição Federal.

Temos consciência da gravidade dos cenários previstos de alteração do clima, cenários que representam elevados custos para os principais setores econômicos e para toda a sociedade. A alteração do ciclo de chuvas, as perdas na agricultura, os graves problemas sociais e os elevados custos associados a eventos extremos como secas e inundações, a

savanização da Floresta Amazônia são apenas alguns desses cenários para o Brasil. Para reforçar a ocorrência desses cenários caso não sejam adotadas medidas suficientes de enfrentamento à alteração climática, nos últimos quatro anos registraram-se os anos mais quentes para a temperatura global.

Diante de nós se coloca um desafio que envolve várias gerações. Reforço as palavras do ex-presidente americano Barack Obama: “Somos a primeira geração que sente as consequências das mudanças climáticas e a última que tem a oportunidade de fazer algo para deter isso”.

Sobre os trabalhos futuros desta Comissão, na qual tive a honra e a responsabilidade de atuar como Presidente e também como Relator, conclamo os parlamentares a tratarem o tema da mudança do clima como uma questão central para a vida na Terra e para que se alcance a sadia qualidade de vida preconizada em nossa Constituição como direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros. Concluo com as palavras do escritor português e Nobel em Literatura, José Saramago: “Estamos a destruir o planeta e o egoísmo de cada geração não se preocupa em perguntar como é que vão viver os que virão depois. A única coisa que importa é o triunfo do agora. É isto que eu chamo a cegueira da razão”.

Deputado Sérgio Souza, Presidente

Senador Jorge Viana, Relator

2. MEMBROS DA COMISSÃO

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro

(24 titulares e 24 suplentes)

TITULARES			SUPLENTES
		MDB	
Garibaldi Alves Filho	RN (61) 3303-2371 a 2377	1 José Maranhão	PB (61) 3303-6485 a 6491 e 6493
Fernando Bezerra Coelho(12)	PE (61) 3303-2182	2 João Alberto Souza	MA (061) 3303-6352 / 6349
VAGO(17)		3 Raimundo Lira(PSD)	PB (61) 3303.6747
		Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342	1 Tasso Jereissati(PSDB)	CE (61) 3303-4502/4503
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	2 Maria do Carmo Alves(DEM)	SE (61) 3303-1306/4055
		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Jorge Viana(PT)(2)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Humberto Costa(PT)(2)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Regina Sousa(PT)(2)	PI (61) 3303-9049 e 9050	2 Paulo Rocha(PT)(2)	PA (61) 3303-3800
		Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
Otto Alencar(PSD)(7)	BA (61) 3303-1464 e 1467	1 VAGO(7)	
Sérgio Petecão(PSD)(7)	AC (61) 3303-6706 a 6713	2 VAGO	
		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(14)	AM (61) 3303-6726	1 Randolfe Rodrigues(REDE)(14)	AP (61) 3303-6568
Lídice da Mata(PSB)(14)(20)	BA (61) 3303-6408	2 Romário(PODE)(14)	RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519
		Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)	
Fernando Collor(PTC)(13)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Magno Malta(PR)(13)	ES (61) 3303-4161/5867
		MDB	
Daniel Vilela(6)	GO 3215-5471	1 Hildo Rocha(6)(18)	MA 3215-5734
Sergio Souza(6)	PR 3215-5702	2 Valdir Colatto(6)	SC 3215-5516
		Bloco Parlamentar PP, AVANTE	
Simão Sessim(PP)(15)	RJ 3215-5709	1 Roberto Balestra(PP)(15)	GO 3215-5219
		PSDB	
Otávio Leite(9)	RJ 3215-5225	1 Jutahy Junior	BA 3215-5407
		PROS, PTB	
Eros Biondini(PRO)(8)	MG 3215-5321	1 Arnaldo Faria de Sá(PP)	SP 3215-5929
		PR	
Paulo Feijó(19)	RJ 3215-5336	1 VAGO	
		PT	
Leonardo Monteiro(3)(16)	MG 3215-5922	1 José Airtton Cirilo(3)(10)(16)(21)	CE 3215-5319
		PSD	
Thiago Peixoto(11)	GO 3215-5941	1 Victor Mendes(MDB)(11)	MA 3215-5580
		PSB	
Luiz Lauro Filho(5)	SP 3215-5418	1 Janete Capiberibe(5)	AP 3215-5209
		DEM	
Jorge Tadeu Mudalen	SP 3215-5538	1 Carlos Melles	MG 3215-5243
		PRB	
Carlos Gomes(4)	RS 3215-5285	1 Roberto Sales(DEM)(4)	RJ 3215-5332
		SD	
Augusto Carvalho(15)	DF 3215-5215	1 Carlos Manato(PSL)(15)	ES 3215-5313

3. PLANO DE TRABALHO

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) foi criada por meio da Resolução nº 4, do Congresso Nacional, de 30 de dezembro de 2008, com a principal competência de acompanhar a implementação das políticas públicas sobre mudança do clima, com base nos acordos internacionais ratificados pelo Brasil.

Fui Presidente da Comissão em 2017 e neste ano fui eleito seu Relator, sob a Presidência do Deputado Sérgio Souza e a Vice-Presidência do Senador Flexa Ribeiro. Assim, daremos continuidade aos debates e atividades com a participação dos setores diretamente envolvidos com esse que é o tema mais relevante e urgente da agenda global.

Nas primeiras reuniões de instalação, construí, juntamente com o Deputado Sérgio Souza, um esboço do que seria este Plano de Trabalho. O papel desta Comissão é crucial. Entre 2015 e 2016, observamos que as emissões de gases de efeito estufa brasileiras subiram quase 9%, chegando ao nível mais alto desde 2008, em especial devido ao aumento no desmatamento. Segundo a última estimativa divulgada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 2015 a participação das emissões líquidas por setores da economia assim se dividiram: energia, 33% das emissões; agropecuária, 31%; mudança de uso da terra e florestas (desmatamento), 24%; processos industriais, 7%; e tratamento de resíduos, 5%.

O Brasil está entre os 10 maiores emissores mundiais, na sétima posição, com aproximadamente 3,43% das emissões globais. Esses dados atestam a importância dos trabalhos desta Comissão para implementar a contribuição brasileira na reversão dos efeitos da mudança do clima,

sobretudo para garantir a diminuição do desmatamento, viabilizar a agricultura de baixo carbono e trazer resiliência aos centros urbanos diante dos efeitos da alteração do clima.

No Brasil, esses efeitos já são uma realidade. As crises hídricas que têm ocorrido em diversas regiões e o aumento na intensidade de eventos extremos como inundações e deslizamentos associam-se à mudança do clima. Como cenários previstos, a gradual conversão de florestas tropicais densas, como as encontradas na Amazônia, em ambientes vegetais mais áridos, devido à diminuição de chuvas e ao aumento de queimadas. Ainda, a alteração do padrão de precipitação nas principais regiões agrícolas no Centro-Oeste e Sudeste, com graves impactos para a economia nacional e a elevação do nível dos mares, com imensos prejuízos às cidades costeiras. Portanto, entendo como é urgente a adoção de ações para reverter esse quadro e para tornar mais resilientes – ou seja, mais adaptados – os ambientes urbanos e rurais aos efeitos da mudança do clima.

Integrei em 2015, durante a COP-21, na França, a delegação da CMMC. Nessa conferência histórica, foi firmado o Acordo de Paris, cujo principal objetivo é promover a governança global ambiental para limitar o aquecimento do planeta. O Acordo de Paris substituirá o Protocolo de Quioto, a partir de 2020, e suas regras incluem todos os países signatários em um esforço conjunto para ações de mitigação e de adaptação. Seu principal objetivo de longo prazo é manter "muito abaixo de 2° C" o aquecimento do planeta, evitando efeitos climáticos de difícil reversão, como elevação do nível dos mares, predominância de eventos climáticos extremos e impactos negativos sobre a segurança alimentar.

Acompanhei, juntamente com os membros da CMMC, a formulação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em

inglês) do Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, e agora nosso papel é cobrar o cumprimento das metas assumidas e, como parlamentares, contribuir para que isso aconteça. Para que o aumento da temperatura do planeta não ultrapasse 2° C, será necessária uma ambição cada vez maior do Brasil e dos demais países que assinaram esse Acordo.

Tal como acompanhei na COP-22, realizada no Marrocos, e na COP-23, na Alemanha, o foco das atividades da Comissão em 2018 será trabalhar para a implementação das regras do Acordo de Paris, de modo a evitarmos esse aquecimento.

Observo que a obrigação assumida pelo Brasil é a de reduzir em 43% as emissões de GEE até o ano de 2030 e, de forma escalonada, em 37% até 2025, tomando como base as emissões do ano de 2005. Dentre as metas setoriais da NDC, destacam-se medidas para contenção do desmatamento. No setor de uso do solo e florestas, a meta é zerar o desmatamento ilegal até 2030 e restaurar 12 milhões de hectares de florestas.

Destacam-se as metas para o setor agrícola, com base no Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), incluindo recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e aumentar em 5 milhões de hectares a área de integração lavoura, pecuária e floresta.

No setor de energia, a contribuição do Brasil objetiva alcançar uma participação de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, com a expansão do uso de fontes renováveis, inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar, bem como o aumento da eficiência no setor elétrico até 2030. Destaca-se ainda o incremento da participação de bioenergia sustentável para aproximadamente 18% da matriz

energética brasileira até 2030, por meio da expansão no uso de biocombustíveis.

Trabalharei, como Relator da CMMC, para viabilizar a implementação das obrigações do Brasil no Acordo de Paris, pois entendo que esse é o principal objetivo deste Colegiado. O Plano de Trabalho para 2018, que ora submeto aos demais membros da Comissão, prevê a realização das seguintes ações:

I - Audiências públicas:

1) Proposta de implementação da contribuição brasileira: o papel fundamental do Congresso Nacional

Convidados:

- Alfredo Sirkis, Coordenador Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC);
- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Observatório do Clima.

2) Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC): desafios e perspectivas de implementação

Convidados:

- Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Representante do Observatório ABC;
- Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

3) Candidatura do Brasil para sediar a COP-25, em 2019

Convidados:

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Sarney Filho, ex-Ministro do Meio Ambiente;
- Alfredo Sirkis, Coordenador Executivo do FBMC.

4) Combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado: situação atual e propostas para o atingimento da NDC

Convidados:

- Suely Guimarães de Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Raimundo Deusdará Filho, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro;
- Representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
- Representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
- Representante do WWF Brasil;
- Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) – Evaristo Miranda;
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

5) Expansão de energias renováveis não hidráulicas e a contribuição brasileira: principais desafios e virtudes

Convidados:

- Representante do Ministério das Minas e Energia;
- Representante da Embrapa Agroenergia;
- Representante do Greenpeace Brasil;
- Representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica);
- Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR).

6) *Financiamento para uma economia de baixo carbono* Convidados:

- Representante do Ministério da Fazenda;
- Alfredo Sirkis, Coordenador Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC);
- Representante do Instituto Escolhas;
- Eduardo Viola, Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB);
- Representante do Banco Mundial.

7) *Segurança hídrica e mudança do clima: principais desafios e soluções*

Convidados:

- Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Representante da Agência Nacional de Águas (ANA);
- Representante da SOS Mata Atlântica;
- Representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH);
- Representante da Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE);

- Representante do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos da Universidade de Brasília;

8) O papel das áreas protegidas na política climática

Convidados:

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Representante do Instituto Chico Mendes;
- Representante do Instituto Socioambiental (ISA);
- Representante da Fundação Grupo Boticário;
- Representante do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET);
- Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

9) Cidades e mudança do clima: resiliência, adaptação e mobilidade

Convidados:

- Tasso Azevedo, Observatório do Clima;
- Ricardo Corrêa, Diretor da TC Urbes;
- Representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no Brasil;
- Representante do Instituto Ethos.

10) Primeira audiência pública preparatória para a COP-24: propostas brasileiras para a regulamentação do Acordo de Paris

Convidados:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Observatório do Clima;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente;

- - Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

11) Segunda audiência pública preparatória para a COP-24: o papel do Brasil e a realização do evento parlamentar na Conferência

Convidados:

- Embaixador de Fiji no Brasil;
- Embaixador da Alemanha no Brasil;
- Embaixador da Polônia no Brasil;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores.

12) Controle de Emissões Evaporativas

Proposta pelo Deputado Carlos Gomes, que encaminhará em breve a lista dos convidados.

13) Política de Resíduos Sólidos

Proposta pelo Deputado Carlos Gomes.

14) Discussão sobre o RenovaBio que é uma política de Estado que objetiva traçar uma estratégia conjunta para reconhecer o papel estratégico de todos os tipos de biocombustíveis na matriz energética brasileira, tanto para a segurança energética quanto para redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.

Proposta pelo Deputado Valdir Colatto, que encaminhará em breve a lista dos convidados.

II - Participação dos membros da CMMC na COP-24

Assim como em edições anteriores da COP, uma delegação de Deputados Federais e Senadores membros da CMMC participará da COP-24, a realizar-se de 3 a 14 de dezembro de 2018 na cidade de Katowice, Polônia.

Entre as atividades da delegação, será realizado um evento parlamentar, à semelhança do que ocorreu na COP-23, em Bonn, Alemanha, com o objetivo de fortalecer uma aliança suprapartidária para viabilizar a implementação das obrigações brasileiras no Acordo de Paris e para impulsionar uma pauta positiva em políticas climáticas envolvendo o Congresso Nacional.

O Parlamento tem um papel crucial na concretização das políticas públicas em mudança do clima e a atuação dos membros da CMMC, como parte da delegação brasileira na COP-24, é uma das principais atividades deste Colegiado.

4. RESULTADOS DA COMISSÃO

4.1. Audiências Públicas

Apresentamos a seguir a consolidação do conteúdo das audiências públicas realizadas pela Comissão conforme Plano de Trabalho aprovado para o ano de 2018.

13 de junho de 2018 – Brasília

Tema: Proposta de implementação da contribuição brasileira: o papel fundamental do Congresso Nacional.

Convidados:

- **Alexandra Albuquerque Maciel**, Diretora Substituta do Departamento de Políticas em Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- **Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho**, Subsecretário Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- **Cláudio Angelo**, Coordenador de Comunicação do Observatório do Clima;
- **Alfredo Sirkis**, Coordenador Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

O Sr. **Alfredo Sirkis** apresentou a proposta inicial para a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada, elaborada nos anos de 2017-2018, com suporte das nove Câmaras Temáticas do Fórum. Participaram do processo 537 pessoas no total, 171 do setor público, 178 do setor privado, 149 do terceiro setor e 39 da academia. Com base nas reuniões e nos estudos realizados, definiu-se a linha de implementação da NDC em 5

eixos principais: Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo (AFOLU); Agricultura e Pecuária; Transportes e Mobilidade Urbana; Resíduos; Energia Elétrica e Indústria. Cada um dos eixos agrupou um conjunto de ações prioritárias relevantes para a mitigação das emissões de gases do efeito estufa.

O Coordenador Executivo explicou sobre os “instrumentos ao largo da economia” como: taxaço de carbono, mercado brasileiro de carbono, reviso de subsídios carbono intensivos e mecanismos de precificação positiva. Quanto à taxaço de carbono, pontuou que se deve ter um tributo específico, porém criado dentro de uma reforma tributária mais abrangente, bem como ajustar a Contribuiço de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para regular os combustíveis mais carbono intensivos. No tocante aos subsídios, criticou os concedidos ao setor de petróleo e explicou que faltam estudos que os avaliem, bem como a intensidade de carbono nas atividades dos setores beneficiados. Comentou que o mercado brasileiro de carbono depende do estabelecimento de metas domésticas e mecanismos de monitoramento, comunicaço e verificaço.

Com base nesses elementos, foram projetados dois cenários: cenário equilibrado, mais focado na reduço da queima de combustíveis fósseis no transporte, energia e indústria; e o cenário AFOLU, mais intenso nas ações relacionadas à mudanço do uso da terra e combate ao desmatamento. Finalmente, comentou que os temas mais controversos foram carbono florestal (mercado de carbono), geraço hidrelétrica (em especial na Amazônia) e o eventual conflito entre biocombustíveis e eletrificaço da frota de veículos.

A Sra. **Alexandra Maciel** revisou alguns dispositivos do Acordo de Paris atinentes às metas determinadas, metodologia para

atualização das NDCs, prestação de contas, e apoio técnico e financeiro entre as partes. Apresentou o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas, os atores envolvidos no processo, a metodologia e a estrutura do instrumento. Detalhou a Matriz Lógica da Estratégia, com as metas e indicadores para avaliar essa implementação.

O Sr. **Cláudio Angelo**, do Observatório do Clima, iniciou sua fala com críticas ao Parlamento Brasileiro, devido à aprovação de subsídios à indústria do petróleo e aos adiamentos sucessivos do início de vigência do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Criticou também projetos de lei em tramitação no Legislativo que flexibilizam o licenciamento ambiental, extinguem ou reduzem unidades de conservação e zonas de amortecimento. Reforçou a importância das terras indígenas para a conservação do estoque de carbono.

O Sr. **Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho** relembrou as metas estipuladas na NDC brasileira para redução das emissões de gases do efeito estufa. Frisou que há dois desafios: o cumprimento das metas pré-2020 e pós-2020. Recordou que o Brasil, de forma voluntária, reduziu suas emissões em 1,53 bilhão de toneladas de carbono equivalentes, valor maior do que o agregado obtido pela União Europeia. Ponderou que em Bonn, Alemanha, na COP-23, as condições de negociação se alteraram bastante, com o posicionamento dos Estados Unidos contra o Acordo de Paris, porém elogiou suas regras, em especial a cláusula que exige o transcurso de três anos para confirmação da saída definitiva de uma das Partes.

O embaixador antecipou desafios que podem ser encontrados na COP-24 para a definição do livro de regras do Acordo de Paris, não só para

mitigação, mas também para adaptação e meios de implementação. Reforçou a importância da participação de membros do Congresso Nacional nas Conferências das Partes para a elaboração de leis que permitam a implementação dos compromissos internacionais assumidos. Comemorou o engajamento do Parlamento na ratificação do Acordo de Paris, feito de maneira célere em cerca de três meses, na aprovação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) na forma da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e na ratificação da Emenda de Doha. Argumentou que as leis são vetores de ação, de indução e de transformação na sociedade brasileira, modulando a produção, consumo e cultura.

20 de junho de 2018 – Brasília

Tema: Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: desafios e perspectivas de implementação.

Convidados:

- **Eduardo Delgado Assad**, Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária;

- **Elvison Nunes Ramos**, Coordenador de Agropecuária Conservacionista, Florestas Plantadas e Mudanças Climáticas da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo do MAPA;

- **Ângelo Costa Gurgel**, Coordenador do Observatório ABC;

- **Nelson Ananias**, Coordenador de Sustentabilidade, Recursos Hídricos e Tecnologia da CNA;

- **João Cláudio Da Silva Souza**, Coordenador Geral de Crédito Rural da Secretaria de Política Agrícola do MAPA;
- **Thiago Luiz Cabral Peroba**, Chefe de Departamento da Área de Operações Indiretas do BNDES.

O Sr. **Elvison Ramos** focou sua apresentação no trabalho do MAPA à frente do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. Trata-se de um plano setorial nos termos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, com objetivos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, contemplando: recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), sistema de plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, florestas plantadas e tratamento de dejetos animais.

Ramos destacou a importância da criação do Comitê Diretor da Plataforma ABC, que surgiu por uma demanda da sociedade, para monitorar e divulgar os resultados de redução das emissões de gases de efeito estufa na agropecuária. Explanou que o Plano ABC existe nos níveis federal e estadual, para considerar as particularidades estaduais. À época, todos estados da federação, salvo Roraima¹, possuíam planos ABC estaduais elaborados.

Exibiu a estrutura de governança da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) e o Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx), que também acompanham o desenvolvimento e os resultados do Plano ABC, além de outros planos setoriais. Rememorou as medidas adicionais inscritas na NDC

¹ Roraima estava com o plano em elaboração.

brasileira, como o desmatamento ilegal zero na Amazônia e o reflorestamento de 12 milhões de hectares de florestas, ambas até 2030.

Exaltou o Programa ABC, que prevê linhas de crédito para produtores rurais que desejem adotar as tecnologias do Plano ABC, com taxas de juros de 6% ao ano. De acordo com o Banco Central do Brasil, essa linha de crédito disponibilizou 15,5 bilhões de reais no agregado dos anos até 2018. Apresentou mapas que demonstram a distribuição espacial dos financiamentos para recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta e demais tecnologias, com maior concentração de destinação desses recursos nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Sobre a pecuária brasileira, afirmou que a produção tem crescido e que o desmatamento tem caído, o que mostra ser possível desatrelar o crescimento econômico e as taxas de desmate. Informou que tem ocorrido uma intensificação e integração da produção, não na forma de confinamento, mas no sistema a pasto, com integração à lavoura e à produção de floresta. Demonstrou o aumento de produtividade da agropecuária brasileira, setor que pode aumentar sua produção sem precisar expandir a área cultivada.

O Sr. **João Cláudio Souza** tratou das linhas de crédito do Programa ABC, que se iniciaram na Safra 2010/11 e atingiram 52 mil contratos até 2018. Informou que as taxas variaram entre 5,5% e 8,5% de juros ao ano e verificou-se que a demanda pelos recursos foi reduzida nos anos com as maiores taxas de juros, como esperado.

O Sr. **Eduardo Assad** iniciou sua fala com a origem do Plano ABC e a inclusão das metas de redução de emissões da agricultura entre os compromissos voluntários para a COP-19 em Copenhague. Destacou que as

emissões do setor agropecuário decorrem da fermentação entérica, de fertilizantes sintéticos e da mudança no uso do solo (por exemplo, desmatamentos para expansão agrícola). Informou que o Brasil possui 172 milhões de hectares de pastos, 48 milhões desses degradados. A meta de recuperação na NDC brasileira é de 15 milhões de hectares.

Demonstrou que a meta de reflorestamento dos 12 milhões de hectares deve ser cumprida em áreas de preservação permanente hídricas, principalmente, e complementarmente em áreas de reserva legal. Explanou que existem pelo menos 7 técnicas de recuperação, a mais simples delas sendo o pousio do solo, ou seja, permitir a regeneração natural. Com relação ao ILPF, frisou o aumento de produtividade da criação de gado nesse sistema, por ficar em áreas sombreadas. Contudo, destacou a dificuldade de se estimar a identificação de áreas de ILPF por meio de satélites.

Apresentou aplicativo que faz registro do tipo de atividade, tamanho da área e localização, integrado ao Cadastro Ambiental Rural, para ajudar a estimar a redução das emissões mediante tecnologias do Plano ABC.

O Sr. **Ângelo Costa Gurgel** discorreu sobre os trabalhos e organização do Observatório ABC, que possui parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. O Observatório produz estudos, propostas de revisão do Plano ABC, organiza eventos e participa de diversos arranjos entre organizações civis, como o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

O Observatório estudou os custos de implementação do Plano ABC e seus resultados econômicos. Em termos de resultados econômicos, estima-se que há uma perspectiva muito maior de adicionalidade econômica pela adoção das técnicas do Plano ABC. Entre os principais desafios para o

avanço do Plano, elenca pouca divulgação, incertezas quanto ao benefício econômico, assistência técnica insuficiente, falta de monitoramento, governança limitada, problemas de regularização fundiária e baixo envolvimento do setor privado.

Reforçou as metas para 2020 apresentadas no Plano ABC, que envolvem a redução de 133 a 162 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente emitidas, ou seja, 16% da meta voluntária da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Elogiou a ambição das metas estabelecidas e o empenho do MAPA na condução do Plano, contudo criticou a falta de recursos orçamentários para sua execução. Demonstrou preocupação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário que deixou de acompanhar o Plano ABC e, portanto, a agricultura familiar até o momento está fora do monitoramento e fomento pelo Plano ABC e ponderou que esse esforço poderia contribuir para o cumprimento das metas de redução das emissões e, ao mesmo tempo, promover ganhos econômicos à agricultura familiar por meio da diminuição da vulnerabilidade desses sistemas agrícolas com base nas técnicas de baixo carbono para a agricultura.

O Sr. **Thiago Luiz Cabral Peroba** apresentou o papel do BNDES na implementação do Plano ABC, que é de prover crédito aos produtores rurais por meio do Programa ABC. Explicou que o Banco começou a operar em 2010/2011 e atualmente se tornou a principal instituição de fomento do Plano Agrícola Pecuário no segmento de investimentos. As operações podem ocorrer de forma direta ou indireta, essa última por meio de agente financeiro credenciado.

Em gráfico apresentado, revelou que o máximo aporte de recursos foi na Safra 2015-2016 e lamentou que esse número tenha caído nos anos seguintes por restrições orçamentárias. Com base em um mapa,

sinalizou que as regiões Centro-Oeste e Sudeste foram as que mais receberam recursos do BNDES pelo Programa ABC, desde 2010.

Expôs a importância do Programa Capacita ABC, criado pelo Banco com o objetivo de capacitar agentes financeiros, desburocratizar, simplificar e evidenciar os benefícios do Programa ABC. Destacou que a análise de crédito evoluiu de um sistema manual, com prazos em dias, para sistemas informatizados com tempos de análise de segundos. Finalizou detalhando linhas de crédito oferecidas por meio do Fundo Clima, com taxas de juros atrativas.

O Sr. **Nelson Ananias** lembrou que os produtores rurais brasileiros se dedicam à agricultura sustentável, com ganhos de produtividade, bem antes do lançamento do Plano ABC. Alertou que o Programa ABC e as linhas de crédito devem estar associados a ganhos de produtividade além das vantagens das taxas de juros. Defendeu que o produtor precisa saber que terá ganhos de produtividade e competitividade na adoção das tecnologias do Plano ABC, para gerar maior atratividade ao crédito. Revelou que a atividade agropecuária brasileira está quase 409% mais eficiente do que a praticada há 40 anos e salientou que isso contribui com a sustentabilidade, sobretudo pela menor necessidade de terras para expansão agrícola em função do aumento de produtividade.

A CNA sustentou que a agricultura tem que ser climaticamente inteligente, uma agricultura que mitiga, que se adapta e que é resiliente. Salientou que metade da vegetação nativa preservada no País está nas propriedades rurais e que a agricultura brasileira tem muito a contribuir com o cumprimento do Código Florestal. Levantou que é necessário revisar as práticas do Plano ABC, devendo ser incluídas a geração de energia elétrica e a agricultura irrigada entre as tecnologias, essa última com potencial de

aumento de produtividade. Informou que o Brasil possui um potencial de exploração de 10 milhões de hectares para agricultura irrigada.

Ponderou que os pequenos e médios produtores rurais não dispõem de recursos para a recuperação do passivo ambiental de áreas de preservação permanente e de reserva legal. Sugeriu a criação de um fundo garantidor para fomentar essa iniciativa. Avaliou que as linhas de crédito do Programa ABC deveriam ter condições tão benéficas quanto às dos fundos constitucionais e, também, permitir que produtores rurais acessem recursos mesmo em áreas com problemas de regularização fundiária. Finalizou afirmando que, para o atingimento de todas as metas, o Plano ABC deve ser aperfeiçoado de modo que se torne mais atrativo e garanta mais competitividade ao produtor rural.

26 de junho de 2018 – Brasília

Tema: Combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado: situação atual e propostas para o atingimento da NDC.

Convidados:

- **Celso Vainer Manzatto**, Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente;

- **André Nahur**, Coordenador de Mudanças Climáticas e Energia do WWF-Brasil;

- **Claudio Aparecido de Almeida**, Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);

- **Renê Oliveira**, Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA;

- **João Carlos de Carli**, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA;

- **Ane Auxiliadora Alencar Costa**, Diretora de Ciências do IPAM.

O Sr. **Claudio de Almeida** apresentou o trabalho do INPE no monitoramento do desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Salientou que o programa mais importante no momento é o PRODES, que monitora o corte raso de florestas no Brasil há mais de 30 anos. Além disso mencionou a importância do sistema DETER, que estima a degradação ocorrida, e o TerraClass, que monitora uso do solo.

Comentou que o desmatamento no Cerrado ao longo do tempo tem se deslocado para a região Norte, em novas fronteiras agrícolas. Explicitou que o desmatamento do Cerrado está superior ao desmatamento anual de toda a Amazônia, que é um bioma de maior área. Explanou que DETER-B tem sido aplicado para alertas de desmatamento no Cerrado, a fim de comunicar ao Ibama os casos de novas supressões de vegetação. Indicou que 68% da área desmatada no Cerrado tem sido convertida em pastagem plantada.

Finalmente, anunciou que o INPE realizará a partir de 2019 o monitoramento de desmatamento em todos os biomas brasileiros.

O Sr. **Celso Manzatto** abordou o trabalho da Embrapa na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Explorou a evolução da produtividade da agropecuária no País, redução do desmatamento nos últimos anos e a importância da agropecuária na economia brasileira. Registrou que a integração lavoura-pecuária-floresta cresce cerca de 20% ao

ano e constatou que há 40 milhões de hectares de pastagens para expansão futura da atividade agropecuária com intensificação produtiva.

Apresentou o sistema SpecSolo, tecnologia desenvolvida pela Embrapa para quantificação de carbono do solo a baixo custo, o sistema AgroTAG, banco de dados que apoiaria a certificação das emissões a baixo custo, o selo ambiental Carne Carbono Neutro e a plataforma Webambiente, para auxiliar a adequação ambiental.

O Sr. **Renê Oliveira** tratou da atuação fiscalizatória do Ibama nos biomas Amazônia e Cerrado, com ênfase no PPCDAm e PPCerrado (planos de ação para combater o desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado). Esclareceu que a meta de desmatamento ilegal anual na Amazônia é de 3.925 km² até 2020 e de zerar esse desmatamento até 2030, segundo a NDC brasileira. Registra que em 2017 o desmatamento ilegal na Amazônia foi de 6.947 km². Informa que o PPCerrado está em sua terceira fase, com políticas de comando e controle e combate a incêndios florestais.

O Sr. Oliveira lembrou que no passado havia seis áreas prioritárias para combate ao desmatamento na Amazônia e informou que no momento consideram-se catorze áreas prioritárias. Explicou que os ilícitos ambientais, principalmente o desmatamento, se tornaram mais dispersos e são monitorados por imagens de satélite que registram o calor, indicando áreas de queimada.

Explanou que as ações de combate ao desmatamento na Amazônia são desenvolvidas: pelo Grupo de Combate ao Desmatamento da Amazônia (GCDA), com ações ostensivas e remotas; por ações estaduais, pelas Superintendências do Ibama; por operações estratégicas (com foco nos elos das cadeias); pelo Grupo Especial de Fiscalização (operações mensais);

e pelos Grupos Amazônia Protege e Cerrado Protege, em parceria com o Ministério Público Federal. Realçou a importância da fiscalização remota por intermédio de Sistemas de Informações Geográficas.

O Sr. Renê Oliveira trouxe números a respeito dos autos de infração emitidos em áreas na Amazônia Legal e defendeu o caráter pedagógico desses autos. Na sua visão, o aumento da quantidade de multas não necessariamente se traduz na redução do desmatamento, em comparação com ações como apreensão de bens e embargo de áreas, que em geral apresentam resultados melhores. Ponderou que faltam outras políticas ambientais que complementem a ação do poder de polícia, políticas que incentivem a manutenção da floresta em pé, inclusive por meio de incentivos econômicos. Finalizou com números que demonstram o déficit de pessoal por que passa o Ibama e a necessidade de provimento dos cargos vagos por concurso público, para viabilizar o controle efetivo do desmatamento pelo Instituto.

A **Sra. Ane Costa** tratou das emissões de gases do efeito estufa por mudança no uso da terra e na agropecuária, que juntos perfazem cerca de 70% das emissões. Analisou qualitativamente o desmatamento da Amazônia, com um terço do desmatamento ocorrendo em assentamentos, um terço em propriedades privadas e um terço em áreas não alcançadas por políticas públicas ou “sem governança”, como terras devolutas. Alertou que na categoria assentamentos o desmatamento é bastante localizado: na Amazônia 2% dos assentamentos representam 50% do desmatamento, geralmente em grandes polígonos.

Levantou a necessidade de incentivo para evitar que produtores rurais façam o desmate mesmo das áreas passíveis de desmatamento legal. Argumentou que a recuperação de passivos ambientais deveria estar

associada à condição econômica do produtor, ou seja, à sua capacidade de realizar a recomposição da vegetação e concluiu dizendo que deveria haver algum tipo mais efetivo de sanção aos infratores que receberem sucessivas multas, de modo a reprimir essa recorrência.

O **Sr. André Nahur** iniciou sua fala concordando que políticas de comando e controle não são suficientes para conter o desmatamento e que será preciso valorizar instrumentos que possibilitem a manutenção da floresta em pé. Pondera que faltam instrumentos de pagamento por serviços ambientais básicos, para que os ecossistemas sejam tratados como ativos pelos setores econômicos, a partir de uma visão planejada de meio ambiente. Contudo, alertou que o desmatamento com grilagem de terras é muito difícil de ser combatido.

Sobre as mudanças climáticas, lembrou que há cerca de 4 anos ocorrem consecutivos picos de temperatura na Terra. Citou estudo de ambientalista americano que afirma que, se os atuais 20% de área desmatada da Amazônia chegarem a índices de 25% ou superiores, esse bioma poderá ter perdas florestais que assemelharão o bioma a condições florestais de uma savana, como o Cerrado.

O Sr. Nahur lembrou que as mudanças climáticas podem afetar os regimes hidrológicos, a produção agropecuária e a geração hidroelétrica, entre outras atividades. Por isso, pondera que a floresta deve ser defendida como um ativo ambiental e com atenção para novas exigências dos mercados consumidores, que já impõem restrições a produtos gerados em áreas desmatadas. Uma das estratégias seria a precificação positiva do carbono, para fomentar o modelo de economia verde. Finalizou reforçando a importância da aprovação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs)

do Cerrado e do Pantanal, que preveem apoio à manutenção desses ativos florestais.

O **Sr. João Carlos de Carli** reforçou a importância do Cadastro Ambiental Rural como diagnóstico da situação ambiental nos imóveis rurais e instrumento de política ambiental. Recordou que o maior percentual de áreas protegidas está em posses e propriedades rurais no Brasil, e 60% dos produtores rurais que estão no CAR querem regularizar sua situação ambiental. Argumentou que não se pode associar desmatamento com agropecuária e critica órgãos ambientais competentes quando dificultam e burocratizam o processo daqueles que desejam se regularizar. Relatou que há cerca de 17 mil normas ambientais no Brasil em todos os níveis e que esse cipoal de exigências acaba por prejudicar a própria proteção ambiental, além de onerar os produtores rurais.

Entende que é fundamental o trabalho da Assistência Técnica e Extensão Rural e da Embrapa no País, pois a produção agropecuária com tecnologia significa menor necessidade de abertura de novas áreas. Relatou sobre o projeto Biomas da CNA, em parceria com a Embrapa, como uma iniciativa de melhorar o componente arbóreo na propriedade rural e de viabilizar agricultura sustentável, criando referências para produtores vizinhos.

11 de julho de 2018 – Brasília

Tema: Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Convidados:

- **Miguel Ivan Lacerda de Oliveira**, Diretor do Departamento de Biocombustíveis da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME;

- **José Domingos Gonzalez Miguez**, Diretor de Políticas em Mudança do Clima da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas do MMA;
- **José Mauro Ferreira Coelho**, Diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
- **Marcelo Augusto Boechat Morandi**, Chefe Geral da Embrapa Meio Ambiente;
- **Luciano Rodrigues**, do Departamento de Economia da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA);
- **André Rocha**, Presidente do Fórum Nacional Sucroenergético;
- **Donizete Tokarski**, Diretor Superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio).

O Sr. **Miguel de Oliveira** definiu o RenovaBio como uma política de reconhecimento da externalidade positiva dos combustíveis renováveis em comparação aos combustíveis fósseis, de modo que essa externalidade seja reconhecida no mercado financeiro por meio de certificados, tendo como base a quantidade de carbono que deixou de ser emitida por unidade de energia produzida. Premia-se assim a eficiência na produção. Outro aspecto considerado é o uso da terra do produtor, pois o RenovaBio incentiva o desmatamento zero nas propriedades rurais. A Plataforma Biofuturo, integrada por vários países, foi criada para viabilizar o mercado desses certificados, que começam a ser comercializados em 2020.

Defendeu que o produtor rural sustentável seja premiado e relata que a própria indústria de petróleo é otimista com o RenovaBio, pois pode

prolongar o tempo de vida das reservas de petróleo e equilibrar as contas das emissões.

O Sr. **José Domingos Gonzalez Miguez** considera importante aumentar a participação das energias renováveis na matriz energética brasileira. No entanto, ressalta que o Brasil já possui uma matriz limpa, pois a média mundial é 13%, enquanto na OCDE é 6% e no Brasil 42%. Reforça que a responsabilidade pelo efeito estufa deveria recair sobre os países desenvolvidos com maior contribuição histórica para as emissões, como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. O Brasil, embora tenha pequena participação nas emissões mundiais, é um dos países que mais contribui com a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Considera importante o RenovaBio, porque é um dos três pilares para cumprir a meta da NDC brasileira relacionada às energias renováveis: aumentar a participação de biocombustíveis na geração elétrica, aumentar a participação de biocombustíveis entre combustíveis líquidos e aumentar a eficiência energética, tanto na produção como no consumo de energia elétrica. Concluiu com as preocupações sobre a regulamentação do RenovaBio e o desafio da transição gradual para que não haja problemas de abastecimento. Porém, considera que o Brasil está na direção certa e que esses ajustes podem ser feitos ao longo de sua implementação.

O Sr. **José Mauro Ferreira Coelho** constata que vivemos uma transição para a economia de baixo carbono. Afirma que a demanda por energia cresce no mundo e no Brasil. Então, o desafio é atender a essa demanda crescente em um cenário de restrições para emissões de gases do efeito estufa. Entende que os biocombustíveis são uma das alternativas para isso.

Expôs a evolução das emissões de gases por setor no Brasil e ressaltou que de 2005 a 2015 o setor de energia teve o maior aumento entre os setores, da ordem de 32,8%. Na matriz de transportes, demonstrou que diesel representa 44%, gasolina 29% e biocombustíveis 20% (biodiesel, etanol anidro e hidratado). Revela que o plano do RenovaBio é de elevar a participação de biocombustíveis na matriz de transportes para 29% até 2028.

Explicou o ciclo virtuoso gerado pelo RenovaBio que tem como etapas: ganho de previsibilidade, aumento da eficiência energética, maior competitividade dos biocombustíveis frente aos fósseis, expansão do setor de biocombustíveis e redução de emissões de gases do efeito estufa. O convidado expôs projeção de consumo de biocombustíveis de 2018 a 2028 e estima que o consumo de etanol e de biodiesel poderia praticamente dobrar. Na conclusão, agregou outra vantagem do RenovaBio que é de gerar empregos de forma regionalizada.

O **Sr. Marcelo Morandi** tratou da metodologia utilizada para avaliar o ciclo de vida dos biocombustíveis e combustíveis fósseis e a emissão de gases aplicada no programa “RenovaCalc”. Essa metodologia é usada para gerar os créditos (ou certificados) no RenovaBio, os denominados CBios. Ao final da análise do ciclo de vida, atribui-se uma nota correlacionada à eficiência do processo produtivo e à intensidade de carbono. Realçou que o grande problema das mudanças no uso da terra é a expansão das atividades em áreas de vegetação nativa.

Avaliou que cada incremento tecnológico gera novos cálculos de emissão e que o maior desafio será atualizar o programa e demais ferramentas à medida que ocorrer a evolução tecnológica. Trata-se de uma metodologia que estará em constante evolução.

O **Sr. Luciano Rodrigues** declarou que a indústria sucroenergética brasileira foi um dos maiores apoiadores do RenovaBio. Elencou três elementos fundamentais do programa: a previsibilidade na produção, o reconhecimento do benefício ambiental gerado pelos biocombustíveis e o mecanismo de indução ao ganho de eficiência.

Apresentou a evolução da matriz de transportes no Brasil, sobretudo o crescimento no consumo de etanol em detrimento da gasolina na década de 80, a retomada desse crescimento após o lançamento dos veículos flex e a posterior estagnação e adversidade no setor devido à crise de 2008 e aos incentivos à produção e consumo de combustíveis fósseis.

Na sua visão, é acertada a definição de meta de redução na intensidade de carbono, redução de 10% em 10 anos. Entende a dificuldade de valorar os benefícios ambientais para todas as fontes renováveis de geração de energia e julga importante o estabelecimento de metodologia para padronizar a valoração e a comercialização via mercados.

Uma das vantagens é incentivar os produtores de acordo com o desempenho ambiental, ou seja, quem produzir de forma mais eficiente será recompensado com mais CBios (certificados).

Ao final da sua fala, expressou que a UNICA é a favor do zoneamento da cana-de-açúcar e dos regramentos sobre expansão da cultura em áreas sensíveis, porém demonstra preocupação quanto às questões técnicas associadas ao zoneamento. Por exemplo, os mapas do zoneamento que foram elaborados há dez anos e que apresentam problemas de escala. Acredita que há um enorme potencial de expandir a produção com aumento de produtividade sem precisar avançar sobre áreas sensíveis de vegetação nativa.

O Sr. **André Rocha** fez um apanhado histórico sobre a concepção, elaboração e aprovação do RenovaBio nos Poderes Executivo e Legislativo. O objetivo inicial dessa política foi estabelecer um projeto de descarbonização da economia para apoiar o cumprimento das metas estabelecidas na NDC brasileira. Lembrou que outras políticas, como a política de rodízio no uso de automóveis em São Paulo, surgiram a partir de um problema ambiental e acabaram trazendo benefícios em outras áreas como no trânsito e na economia.

Lembrou das dificuldades brasileiras de atender o mercado interno de combustíveis. Relatou que o Brasil só não passou por crise de desabastecimento por causa da recessão econômica. Demonstrou-se otimista com o crescimento da produção de biocombustíveis e espera que o Brasil possa atender sua demanda prevista até 2030, somente com os biocombustíveis. Alertou que o Brasil possui parte da indústria de biodiesel com capacidade ociosa e que a expansão na produção poderia impulsioná-la e gerar empregos no interior do País.

O Sr. **Donizete Tokarski** fez uma análise sobre os mercados de biocombustíveis e combustíveis fósseis, crises, subsídios e controle de preços pelo governo. Ressaltou a importância do Renovabio para o desenvolvimento dos mercados de biocombustíveis no País. Lembrou que o preço do biodiesel em muitos lugares do Brasil é inferior ao preço do diesel fóssil, que inclusive recebe elevados subsídios.

Apresentou uma projeção do aumento do consumo com base na legislação atual, que desde 2008 exige o aumento gradativo da mistura obrigatória de biodiesel no diesel.

7 de agosto de 2018 – Brasília

Tema: Primeira audiência pública preparatória para a COP-24: propostas brasileiras para a regulamentação do Acordo de Paris.

Convidados:

- **André Nahur**, Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF Brasil;

- **Pedro Correa Neto**, Secretário Substituto da Secretária de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo do MAPA;

- **Embaixador Reinaldo José de Almeida Salgado**, Diretor do Departamento para Sustentabilidade Ambiental do Ministério das Relações Exteriores;

- **Thiago de Araújo Mendes**, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do MMA.

O Embaixador Salgado reforçou o papel do Parlamento, que contribuiu com a qualidade da atuação brasileira e legitimou o papel do Brasil nas negociações climáticas. A COP-24 pretende concluir a regulamentação do Acordo de Paris e o embaixador informou sobre as últimas tratativas para isso, restando ainda muito a fazer devido à complexidade técnica dos temas, que incluem, entre outros, mitigação, transparência, financiamento e adaptação. Entende que tem havido dificuldades em coordenar a consolidação dos vários textos que compõem o livro de regras do Acordo.

Sobre as propostas brasileiras, informou que o Brasil tem trabalhado de forma estreita com Argentina e Uruguai na apresentação de

propostas para a regulamentação. Defende maior equilíbrio entre as ações de mitigação, adaptação e financiamento. Observa, por exemplo, que os países desenvolvidos, mesmo sem realizar financiamentos suficientes, costumam exigir mais medidas de mitigação dos países em desenvolvimento.

Explicou sobre a dinâmica dos trabalhos da COP-24, sobretudo sobre o Diálogo de Tanalooa, em que as Partes dialogam sobre cumprimento de metas para antes e para depois de 2020. O Brasil posiciona-se para cobrar de outras Partes a ratificação da Emenda de Doha e o cumprimento dos compromissos pré-2020, tal como tem feito o País. Sobre o Diálogo de Tanalooa, informou que o processo recebe insumos da comunidade científica e da sociedade civil e, de modo não conflitivo, são apresentados casos de sucesso e de desafios em relação a políticas climáticas.

O sr. Thiago Mendes, do MMA, apresentou ações realizadas pelo Brasil na agenda climática. O principal resultado, em um cenário global que tem dificultado o concerto multilateral, é a possibilidade de atingir as metas da NDC. A redução do desmatamento na Amazônia desde 2004 em torno de 74% não prejudicou o crescimento da economia e nem a inclusão social, apontado a viabilidade de atingir essas metas e, ao mesmo tempo, compatibilizar desenvolvimento socioeconômico e redução de emissões.

Explicou sobre a dinâmica dos trabalhos no Espaço Brasil da COP-24, que terá em torno de 50 eventos paralelos, congregando a comunidade brasileira e mostrando exemplos de mitigação e de adaptação adotados pelo País. Acerca do processo do Diálogo de Tanalooa, o Brasil o iniciou internamente, com participação dos principais atores ligados ao tema da mudança do clima, inclusive o Parlamento. Na fase inicial, o MMA incentiva esses atores a enviarem seus insumos e que também façam seus

processos de diálogo para responder 3 perguntas: onde estamos; onde queremos chegar; e como chegaremos lá.

Para o Parlamento, o Diálogo de Tanaloa incluiria os casos de sucesso de leis como, no entendimento do representante do MMA, o Código Florestal. Apresentou dados sobre o potencial dessa legislação, em especial do CAR, para regularização ambiental de propriedades rurais. Reforçou os avanços informando que, na última Comunicação do Brasil sobre o cumprimento da NDC, a previsão até 2020 seria reduzir as emissões em 104 milhões de toneladas de carbono equivalentes, contudo os dados atuais apontam redução alcançada, em 2017, de 170 milhões de toneladas, apenas no controle do desmatamento no Cerrado.

O sr. Thiago Mendes criticou a falta de contrapartida pelos países desenvolvidos, à exceção da Noruega e da Alemanha, na transferência de recursos financeiros para pagamentos por resultados pela redução do desmatamento. Isso contrasta com o esforço enorme do Brasil para cumprir suas obrigações, que resultaram em 6,1 bilhões de toneladas de carbono equivalentes a título de ações de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), o que equivale a 1,5 anos de emissões de GEE da União Europeia.

O sr. Pedro Correa Neto, do MAPA, apresentou o esforço do setor agropecuário para as metas da NDC. Para a COP-24, espera-se que as negociações priorizem a segurança alimentar e a vulnerabilidade do setor agrícola. Informou sobre o objetivo de universalizar o Plano ABC em 2018, após dez anos de sua implementação, com foco em resultados para aumentar a renda do produtor, fortalecer a resiliência dos sistemas agrícolas e diminuir as emissões ligadas à agricultura. Defende que as medidas de adaptação deveriam receber a prioridade, de modo a manter a capacidade produtiva dos

sistemas. Anunciou a intenção do MAPA de revisar as metas do Plano ABC, em especial para incluir novas tecnologias de baixa emissão na agricultura.

O Sr. André Nahur, do WWF Brasil, reforça que no contexto da comunidade global, as metas apresentadas pelas Partes não seriam suficientes para evitar os cenários de aquecimento da Terra. Com base na pegada ecológica, o WWF e outras instituições estimam que o dia de sobrecarga da Terra (exaustão da capacidade anual da Terra em absorver impactos antrópicos) para 2018 ocorreu no início de agosto deste ano. Defende que a meta da NDC brasileira não seria suficiente, ainda que o Brasil esteja realizando um trabalho diferenciado em comparação com as demais Partes e possa continuar como liderança na descarbonização da economia, inclusive melhorando seus indicadores sociais e econômicos.

O representante do WWF defende a revisão das metas da NDC, para torná-la mais ambiciosa, por exemplo, quanto a redução do desmatamento, restauração de áreas degradadas, expansão das técnicas do Plano ABC e aumento da participação de energias renováveis alternativas. Ainda, reforçou que a arquitetura financeira para atingir as metas da NDC deveria ser melhor estruturada, evitando-se incompatibilidades na alocação de recursos públicos.

8 de agosto de 2018 – Brasília

Tema: Candidatura do Brasil para sediar a Conferência das Partes em 2019 (COP-25).

Convidados:

- **Antonio Carlos Gomes Lima**, Assessor do Diretor Geral da Itaipu Binacional;

- **Hugo do Valle Mendes**, Diretor Substituto do Departamento de Políticas em Mudança do Clima do MMA;
- **Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho**, Subsecretário Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do MRE;
- **Alfredo Sirkis**, Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

O Sr. **Hugo do Valle Mendes** fez sua apresentação sobre a eventual realização da COP-25 no País, trazendo dados dos eventos anteriores. Referiu-se ao número de delegados e participantes, informando que a maior participação da sociedade civil ocorreu na COP de Paris. Entende haver grande expectativa para a COP-25, já que 2020 é o ano inicial para o cumprimento das regras do Acordo de Paris.

Os critérios do Secretariado da Convenção-Quadro para sediar a COP incluem estrutura de eventos e de turismo de grande porte, com exigências de quantidade mínima de leitos e de possibilidade de realizar plenárias simultâneas. O Brasil mostrou que tem experiência e capacidade de sediar o evento, a exemplo do que ocorreu na Conferência Rio+20, que teve mais participantes que a maior COP já realizada até hoje.

O representante do MMA entende que inserir um dispositivo na lei orçamentária para recepcionar o evento, demonstra o entendimento da pasta sobre sua prioridade para o Congresso Nacional, assim como ocorreu com a ratificação do Acordo de Paris.

O Sr. **Antonio Carlos Gomes Lima, da Itaipu**, mencionou a disposição de apoiar a candidatura do Brasil para sediar a COP-25. Ressalta

a importância de Foz do Iguaçu como possibilidade de sediar esse evento, em especial pelo exemplo do estado do Paraná na implementação da agenda 2030, com destaque para a Itaipu, que torna isso possível por meio de programas socioambientais.

O Sr. Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho esclareceu que a COP é órgão máximo sobre mudança do clima. Fez breve apanhado sobre os desdobramentos desde a COP-3, em 1997, realizada em Quioto, Japão, até a COP-23 presidida por Fiji e realizada em Bonn, na Alemanha, quando o Brasil se ofereceu para sediar a próxima COP. Na ocasião, o País encontrou dificuldades nessa candidatura, em razão do veto da Venezuela, mas atualmente tem dialogado com todos os países da América Latina e do Caribe para superar essa dificuldade. É um evento de grande responsabilidade em função dos custos de funcionários e da estrutura necessária, porém o Brasil já realizou grandes conferências ambientais como a Rio 92 e a Rio +20.

O compromisso maior do País em sediar a Conferência seria fomentar a defesa do multilateralismo e defender a centralidade da Convenção-Quadro nas políticas sobre mudança do clima. Na opinião do MRE, o investimento para albergar a COP mais do que compensa o esforço e o montante investido em termos de retorno político e de levar adiante a construção permanente dessa agenda de Estado (e não de governo), para evitar os cenários previstos de alteração do clima.

O Sr. Alfredo Sirkis ressaltou a necessidade de muito trabalho para a realização e conclusão do evento e para o cumprimento das NDCs apresentadas. Afirmou que se todas as NDCs que foram colocadas pelos países pouco antes da COP-21 e que integram o Acordo de Paris forem cumpridas religiosamente, ainda assim estaremos numa trajetória de

elevação da temperatura em até 3 °C. Portanto, o mundo tem que aumentar a ambição para evitar esse cenário.

Nos próximos meses o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgará um relatório sobre medidas para evitar o aquecimento acima de 1,5 °C. Preliminarmente, o IPCC já divulgou que será preciso um reflorestamento do tamanho do território dos Estados Unidos. Entende que o Brasil aparece como um dos melhores colocados para ajudar nesse sentido e que sediar a COP-25 favoreceria o País no processo decisório da Organização das Nações Unidas (ONU) e reforçaria seu papel de liderança na questão climática.

Lembrou que o Brasil reduziu 80% de suas emissões quando combateu o desmatamento e estabeleceu suas metas no agregado em menções absolutas. Relatou a oposição da Venezuela, que poderia ser superada por meio de negociações para que esse país não exerça o veto à candidatura brasileira.

O Coordenador Executivo do Fórum demonstrou preocupação com a afirmação de um dos candidatos a presidente da República, que afirmou que retiraria o Brasil do Acordo de Paris.

7 de novembro de 2018 – Brasília

Tema: Participação na COP-24, e tratar sobre a agenda do Parlamento e a implementação do Acordo do Clima pelo Brasil.

Convidados:

- **Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho**, Subsecretário Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do MRE;

- **Thiago de Araújo Mendes**, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do MMA.

O sr. Embaixador Marcondes de Carvalho defendeu que o fato de o Brasil ser um país megadiverso e potência agrícola o torna dependente de políticas adequadas para uso dos recursos naturais e para proteção climática, em especial para evitar fenômenos extremos como secas e inundações.

Esclareceu que a COP-24 tem o objetivo principal de avançar na formulação das regras do Acordo de Paris. Vários elementos da regulamentação têm sido discutidos e representam um enorme desafio. O Protocolo de Quioto exigiu quatro anos para sua regulamentação e o Acordo de Paris, que tem regras de complexidade muito maior, já que envolve o compromisso de todas as Partes, tem prazo previsto de regulamentação menor, de aproximadamente dois anos.

Como exemplos de aspectos da regulamentação, o Acordo prevê flexibilidade para os países em desenvolvimento na transparência das ações domésticas. Essa flexibilidade envolve negociações entre as Partes, já que não poderá prejudicar o monitoramento das metas assumidas. Outro aspecto é o de financiamento, pois o Acordo instituiu um novo mecanismo, denominado mecanismo de desenvolvimento sustentável. Sobre prazos comuns das metas das NDC, mais um aspecto de difícil regulamentação pois há disparidade nos parâmetros assumidos por cada país e será preciso uniformizar as tipologias e prazos. Sobre transparência de apoio, os países desenvolvidos precisarão assumir a liderança na transferência de tecnologias e na capacitação dos países em desenvolvimento, e esse é mais um aspecto de complexa regulamentação e execução, já que envolve inclusive a transferência anual de US\$ 100 bilhões.

O Sr. Thiago Mendes, do MMA, informou que o relatório do IPCC sobre os efeitos adversos da elevação da temperatura da Terra com base nos parâmetros tecidos no Acordo de Paris confirma que já houve a elevação de 1°C desde o período anterior à Revolução Industrial. O relatório, que é produzido por cerca de 2.500 cientistas, afirma que o aquecimento não ocorreu de maneira uniforme em todo o planeta, com maior elevação de temperatura registrada em regiões centrais dos continentes, da ordem de mais de 2°C. Para manter abaixo de 1,5°C a elevação da temperatura, seria necessário que até 2030 as emissões diminuíssem em torno de 45% (relativos ao total emitido em 2010).

Esses dados apontam que para se alcançar essa trajetória será necessário multiplicar em cinco vezes os investimentos em políticas climáticas, totalizando em torno de US\$ 3,8 trilhões. Isso aponta a urgência na implementação das ações necessárias. O relatório servirá de base para o Diálogo de Tanalooa, na COP-24.

Sobre o Espaço Brasil, apresentou informações gerais do funcionamento e a divisão dos eventos paralelos em dias temáticos, tais como populações tradicionais, sustentabilidade urbana, ciência e mudança do clima, florestas e uso da terra.

4.2. A PARTICIPAÇÃO DA CMMC NA COP-24

Apresentamos a seguir as atividades realizadas pela CMMC no período de 9 a 13 de dezembro de 2018, durante a 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Katowice, na Polônia.

A delegação da CMMC foi composta pelos Senadores Jorge Viana e Lídice da Mata e pelos Deputados Federais Janete Capiberibe, Leonardo Monteiro e Thiago Peixoto. O Analista Legislativo Guilherme de Oliveira, Jornalista da Agência Senado, integrou a comitiva. Parlamentares de outras comissões do Congresso Nacional, como a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS), também participaram do evento.

As principais atividades realizadas são a seguir resumidas, com base nas reportagens publicadas pela Agência Senado.

9 de dezembro de 2018 – Cracóvia, Polônia

Reunião da União Interparlamentar (IPU, sigla em inglês), organizada em conjunto com a Câmara dos Deputados da República da Polônia

A reunião objetivou proporcionar aos parlamentares uma oportunidade de obter informações de primeira mão sobre os principais temas e orientações da COP-24, de interagir com especialistas e negociadores diretamente envolvidos no processo decisório da Convenção-Quadro, de adquirir maior conhecimento sobre as recomendações do Plano de Ação da IPU sobre Mudança do Clima e de debater formas de assegurar a implementação do Acordo de Paris. O foco foi sobre mudanças legislativas, políticas públicas, ação climática e marco regulatório para desenvolvimento e expansão do setor de energia renovável.

A IPU busca definir marcos legais comuns aos países signatários para garantir a implementação do Acordo de Paris. O Senador Jorge Viana, relator da CMMC, aponta que a regulamentação do Acordo exige todo o aparato de legislação voltado para uma economia de baixo carbono, tarefa que depende de todos os setores da sociedade. Na reunião,

divulgou-se que os gastos com as consequências da mudança do clima chegam a US\$ 400 bilhões e que o custo de prevenção é bem mais baixo. A ONU tem informado que os desastres climáticos estão se multiplicando e que a cada dólar investido em prevenção são economizados sete dólares em reconstrução.

10 de dezembro de 2018 – Katowice

Debate sobre as mudanças climáticas no Brasil e no mundo e a política de redução de resíduos tóxicos

Organizadores: CMMC + CMADS + Frente Parlamentar Ambientalista

Local: Espaço Brasil

O primeiro dia da participação de deputados e senadores na COP-24 foi marcado por manifestações de preocupação com o posicionamento que o novo Governo adotará na temática ambiental, pois o presidente eleito já se manifestou no sentido de que o Brasil pode abandonar o Acordo de Paris. A desistência do País em sediar a COP-25, em 2019, foi debatida, bem como posicionamentos do futuro titular do Ministério do Meio Ambiente, de que o aquecimento global não será uma prioridade na gestão da política ambiental federal.

Diversos parlamentares posicionaram-se, destacando-se o Senador Jorge Viana, relator da Comissão, afirmando que o mundo não tem escolha senão viabilizar iniciativas concretas para limitar o aquecimento global e que o Brasil não poderia se retirar das tratativas multilaterais sobre o tema. O senador criticou a desistência brasileira em sediar a COP-25, que se dedicará a avançar, quase na reta final (pois a previsão é de entrada em

vigor das regras a partir de 2020), na regulamentação do Acordo de Paris pelas 195 Partes que o assinaram.

O atual Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, reconheceu a atuação dos parlamentares por meio da CMMC e de outros colegiados, sem a qual o País dificilmente teria alcançado o atual protagonismo nos debates sobre o concerto climático global. A participação do Congresso Nacional, na formulação de leis sobre alteração do clima, tem sido fundamental para colocar o Brasil na vanguarda do tema.

Em relação à proteção dos povos indígenas, uma das principais políticas públicas para conservação da Amazônia e de sua vegetação nativa, os parlamentares criticaram a proposta de transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) para a estrutura do recém-criado Ministério dos Direitos Humanos. Dessa forma, a entidade deixa de ser supervisionada pelo Ministério da Justiça.

Reunião com parlamentares da Alemanha:

A comitiva brasileira reuniu-se com parlamentares alemães para debater temas cruciais na agenda climática envolvendo os dois países, em especial o controle do desmatamento, o Fundo Amazônia e o uso de energias renováveis.

11 de dezembro de 2018 – Katowice

Reunião com parlamentares da Noruega:

A comitiva de parlamentares reuniu-se com um grupo de congressistas da Noruega para debater o Fundo Amazônia. A Noruega e a

Alemanha, nessa ordem, são os principais investidores do Fundo, que é gerido pelo BNDES.

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, apoiando projetos nas seguintes áreas: gestão de florestas públicas e áreas protegidas; controle, monitoramento e fiscalização ambiental; manejo florestal sustentável; atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação; zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; conservação e uso sustentável da biodiversidade; e recuperação de áreas desmatadas.

Atualmente, 102 iniciativas são apoiadas pelo Fundo, somando mais de R\$ 1,8 bilhão aportados. A manutenção das transferências internacionais depende de transparência e de resultados no controle do desmatamento e na conservação das florestas. O diálogo entre os parlamentares buscou garantir que esses investimentos sejam mantidos no futuro.

O congressista Espen Barth Eide, vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente do parlamento norueguês, reconhece que o apoio de seu país busca compensar as emissões de gases de efeito estufa realizados pela Noruega, por meio da preservação das florestas tropicais.

Debate sobre REDD+:

Um dos instrumentos incorporados pelo Acordo de Paris foi o REDD+. Trata-se de um incentivo desenvolvido no âmbito da Convenção-

Quadro para remunerar países em desenvolvimento por seus resultados no controle do desmatamento e da degradação florestal.

Na reunião, informou-se que o estado de Mato Grosso recentemente se qualificou para receber um aporte financeiro da Alemanha para ações de REDD+. Segundo Alcilene Freitas, da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) do estado, a liberação dos recursos resulta de um trabalho de dez anos, que envolveu a aprovação de uma política estadual sobre o tema. Cerca de 40% dos recursos serão destinados à institucionalização do poder público e o restante para projetos e programas, como para a agricultura e para povos indígenas.

12 e13 de dezembro de 2016 – Katowice

Reunião com a delegação brasileira:

O Ministério do Meio Ambiente anunciou os números mais recentes de emissões brasileiras para o período entre julho de 2017 e agosto de 2018. O ministro Edson Duarte informou que dessa forma o Brasil antecipou, em 2017, as metas voluntárias assumidas no Acordo de Paris para serem alcançadas em 2020, ou seja, reduzir suas emissões em 37%, com base nas emissões de 2005.

Ainda que os resultados sejam positivos, a delegação da CMMC manifestou suas preocupações com o futuro incerto sobre a atuação ambiental brasileira, sobretudo no nível federal, e os possíveis retrocessos nas conquistas realizadas no controle de emissões.

De acordo com o MMA, nesse período ocorreu o sequestro (absorção de carbono pela manutenção de florestas e outros processos) de

1,28 bilhão de toneladas de carbono equivalente, sobretudo por meio da criação de 94 milhões de hectares de unidades de conservação.

Segundo o ministro, políticas de uso da terra foram responsáveis pela absorção de 538 milhões de toneladas de carbono, incluindo a manutenção de unidades de conservação, de áreas de preservação permanente e de reservas legais. O resultado incorpora a contribuição das áreas para vegetação nativa nas propriedades e posses rurais inscritas no Cadastro Ambiental Rural. Esses resultados apontam que o Brasil tem feito sua parte no concerto climático e que seu exemplo deveria ser seguido por outras nações.

Os parlamentares da delegação brasileira defenderam que os resultados alcançados pelo Brasil são a culminação de anos de esforços ambientais bem-sucedidos, que deveriam ser mantidos. O relator da CMMC, Senador Jorge Viana, reafirmou que o principal propósito da missão foi reforçar o compromisso do Parlamento brasileiro com as conferências climáticas.

Como resultado das negociações da COP-24, de fato houve a adoção do livro de regras para o Acordo de Paris, com os principais pontos da operacionalização do Acordo detalhados em regulamentação. Destaca-se o mecanismo de transparência, para monitorar de forma uniforme os esforços de cada país. Ainda, estabeleceram-se as regras sobre como revisar as metas da NDC a cada cinco anos. Um dos principais pontos, ficou adiada para 2020 a definição sobre regras para transferência anual de US\$ 100 bilhões de países desenvolvidos para o financiamento climático em países em desenvolvimento. Houve ainda pouco avanço no tocante à crescente ambição das Partes, ou seja, ao contínuo comprometimento para adotar medidas de mitigação e de adaptação.

Para o Brasil, talvez a principal questão debatida na COP-24 foi a incerteza quanto ao futuro das políticas públicas e do compromisso doméstico, em função do novo governo que assumirá a partir de 2019. Além do mais, há incertezas em relação a possíveis retrocessos das ações federais sobre povos indígenas, um tema de grande importância em política climática, já que os territórios indígenas abrigam imenso estoque de carbono na Amazônia Legal e são um dos pilares do controle do desmatamento.

5- PROJETOS DE LEI SOBRE A NDC BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Proposição (PL)	Autor(es)	Ementa
3280, de 2015	Nilton Tatto e Leonardo Monteiro	Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional de Mudança do Clima, e dá outras providências.
3308, de 2015	Sarney Filho	Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional de Mudança do Clima, para acrescentar as metas brasileiras de redução de emissões para os períodos posteriores a 2020, e dá outras providências.

Senado Federal

Proposição (Projeto do Senado – PLS)	Autor(es)	Ementa
712, de 2015	Cristovam Buarque	Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética para o ano de 2040.
750, de 2015	Jorge Viana	Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para adotar como compromisso nacional voluntário adicional ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.